



**Ministério do Meio Ambiente**  
**Secretaria de Biodiversidade e Florestas**  
**Departamento de Áreas Protegidas**  
**Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA**

**Ata da 1ª Reunião Ordinária do Comitê do Programa ARPA 2016**

Brasília, 18 de novembro de 2016.

1. No dia 18 de novembro de 2016, as 09:12h no Salão dos Ministros do Ministério do Meio Ambiente em Brasília/DF, foi iniciada a 1ª reunião ordinária de 2016 do **Comitê do Programa ARPA** (CP). A reunião teve com pauta os seguintes temas:

- a) Abertura: boas vindas e apresentação dos participantes;
- b) Revisão da pauta da reunião;
- c) O Programa ARPA: histórico;
- d) Fase III: Decreto 8.505/2015 e revisão da estrutura do Programa;
- e) Estratégia financeira: capitalização do Fundo de Transição e compromissos do Governos;
- f) Resumo das recomendações e temas tratados na reunião do CFT;
- g) Desafios para a gestão do Programa;
- h) Criação de novas UCs: análise dos resultados atingidos e perspectivas futuras;
- i) Definição de prazos para o fluxo de aquisição/contratação do Programa;
- j) Monitoramento dos indicadores de gestão de UCs;
- k) Monitoramento da execução financeira do Programa;
- l) Revisão de Planos Operativos para arranjos de gestão integrada de UCs;
- m) Estratégia para alcance da meta de 60 milhões de hectares;
- n) Atualização das regras para o cálculo de diárias;
- o) Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia: estágio atual e instâncias de governança;
- p) Revisão de indicadores de gestão do Programa: MR Gestão Participativa e MR Demarcação;
- q) Conta Vinculada: operação, riscos e alternativas;
- r) Proposta de calendário de reuniões para 2017;
- s) Revisão dos Encaminhamentos;

2. Os membros do CP presentes à reunião foram: Marcelo Cruz (Secretário Executivo do MMA), José Pedro de Oliveira Costa (Secretário da SBF/MMA), Silvana Canuto (ICMBio), Lúcio

Melchhiades da Mana Torres Gomes (SPU/MP), Ana Luiza O. Champloni (SPE/MF), Antonio Stroski (ABEMA), Fabiano Lopez da Silva (FVA), Marcelo Lucian Ferronato (Ecoporé), Marco Lentini (WWF/Brasil), Marina Campos (Fundação MOORE) e Artur Dominique Liacre (Anglo American).

3. A lista completa dos presentes está no Anexo 1 desta ata.

#### **Abertura: boas vindas e apresentação dos participantes.**

4. O presidente do Comitê do Programa abriu a reunião dando boas vindas e agradecendo a presença de todos, destacando que a SECEX tem a representação de ministério no CP. Após, convidou todos os presentes a se apresentarem. Após a rodada de apresentação o Sr. Marcelo Cruz comentou sobre a nova organização do Ministério e sobre a importância de integração das diversas áreas do Ministério. Indicou que o ARPA passará a ser prioridade na alocação orçamentária do MMA, não perdendo de vista o cenário fiscal que está posto. Falou sobre o efeito da PEC 55 sobre o MMA e o Programa, comentando sobre a importância da SECEX como elo entre as diversas secretarias e diretorias. Argumentou sobre a importância de incluir a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), já que as decisões do CP incluem arranjos financeiros do Governo Federal. O Sr. Thiago Barros lembrou que o Presidente do CP tem autonomia para indicar e recomendar a entrada de novos membros no CP. O Sr. Marcelo Cruz propôs ao CP, então, que a SOF fosse convidada a participar do CP. Aprovado por unanimidade, ficou deliberado que a **SECEX convidaria a SOF a apresentar um representante para a próxima reunião do CP**. Neste momento, o Sr. Marcelo Cruz pediu licença para se retirar, deixando a presidência da reunião a cargo do Sr. José Pedro.

#### **Revisão da pauta da reunião.**

5. O Sr. Thiago Barros apresentou os pontos de pauta e deixou aberta a palavra para quaisquer sugestões. O Sr. Bruno Souza sugeriu que o tema “Conta Vinculada: operação, riscos e alternativas” fosse adiantada na lista e apresentado juntamente com o tema “Desafios para a gestão do Programa”, justificando a pertinência daquele neste último e ao temor de que, devido a extensa pauta da reunião, não desse tempo de que o ponto tivesse a devida análise dos membros. Não havendo objeções, a sugestão foi acolhida pelo CP. O Sr. Thiago Barros comentou que o arranjo de pauta foi feito pensando na nova composição do CP e que vários membros estavam tendo os primeiros contatos com o Programa e o comitê nesta reunião. Antes de passar ao próximo ponto de pauta, o Sr. Thiago Barros solicitou que os representantes do Ministério da Fazenda e do FUNBIO se apresentassem, já que estes haviam chegado após a rodada de apresentações.

**O Programa ARPA: histórico.**

6. O Sr. Thiago Barros realizou uma breve apresentação sobre o histórico do Programa, onde foram apresentados diversos dados relativos ao estado atual do ARPA, lições aprendidas e toda a evolução do Programa. Eventuais dúvidas foram melhor esplanadas, ficando todos os membros satisfeitos com a apresentação.

**Fase III: Decreto 8.505/2015 e revisão da estrutura do Programa.**

7. O Sr. Thiago Barros apresentou a mudança estrutural do Programa com o início da fase III e a edição do Decreto Presidencial nº 8.505/2015, o qual dá maior importância ao Programa. Falou sobre a nova estrutura do CP dada pelo decreto, além do novo arranjo do Programa.

**Estratégia financeira: capitalização do Fundo de Transição e compromissos do Governos.**

8. O Sr. Thiago Barros apresentou a nova estratégia de financiamento do ARPA, a transição do Fundo de Áreas Protegidas (FAP) para o Fundo de Transição (FT) e a adoção de compromissos pelo Governo Federal a partir da fase III do Programa. O Sr. Welles de Abreu questionou sobre a existência de uma proporcionalidade entre o compromisso de crescimento do orçamento do governo e a execução da doação prevista. O Sr. Thiago explicou que a perspectiva de orçamento é baseada na modelagem de custos desenvolvida pelo Programa em parceria com os doadores, e que a premissa do Programa é de alcançar a plenitude da execução. O Sr. Paulo Sodré explicou que os recursos já estão à disposição no FT e que a maior expectativa dos doadores é exatamente que os recursos sejam utilizados em sua totalidade. A Sra. Ana Champloni questionou acerca do crescimento de orçamento aplicado ao ARPA previsto e como foi a decisão de trocar a estratégia de financiamento do Programa. O Sr. Thiago Barros explicou que no início da fase III foi realizado uma modelagem de custos do Programa e ficou evidente que, no modelo então vigente, não era possível financiar o ARPA no longo prazo, nem o governo era capaz de aportar o recurso necessário para que o modelo fosse viável, recursos esses na casa de um bilhão de dólares. Ao mesmo tempo, o Brasil vinha em um crescimento de PIB e produção de desenvolvimento econômico muito significativo naqueles anos. Havia, então, uma positividade e uma expectativa de que o Brasil conseguisse realizar o aporte de recursos necessários a manutenção do Programa de forma gradual e no longo prazo. Desse modo, foi desenvolvida a estratégia atualmente vigente. O Sr. Thiago Barros explicou que a estratégia foi discutida e definida entre 2010 e 2012 sobre um contexto diferente vivido pelo Brasil hoje. Entretanto, a modelagem e o crescimento são revistos e atualizados a cada dois anos pela UCP e pelos doadores

e que esse tema é debatido no CFT. O Sr. Manoel Serrão complementou que a ideia do FT é dar tempo e conforto ao Governo de buscar os meios mais apropriados para assumir uma política pública integral quanto ao Programa e que o CFT e os doadores têm a flexibilidade de entender o momento político e econômico por que passa o país. O Sr. Bruno Souza comentou sobre a dificuldade de manter gestores nas UCs amazônicas devido a diversos fatores, inclusive falta de contrapartidas governamentais básicas como: segurança patrimonial, contrato de telefones, redução de concursos, entre outros. Perguntou ao Sr. Thiago Barros se o ARPA tem articulado junto a outras instâncias do governo e quais estratégias o Programa tem utilizado para essas questões. O Sr. Thiago Barros respondeu que a UCP tem mantido articulação com os governos Estaduais e Federal para demonstrar a importância do ARPA e para que ele seja incluído como política de Governo e de Estado, não apenas como um projeto ou programa. A fase III do Programa traz, também, condições de desembolso, sendo o aumento da destinação de recursos financeiros não-salariais por parte dos OGs para as UCs apoiadas uma dessas condições. Foi citado o caso exitoso do Estado do Tocantins, que foi sensibilizado e passou a incluir o ARPA no planejamento prévio de orçamento do estado. O Sr. Fabiano Silva sugeriu que o ARPA aproveite a predisposição de diversas organizações da sociedade civil atuantes na região para reforçar as atividades do Programa, reforçando que nada substitui a presença dos servidores em campo, mas que é fundamental seguir investindo no potencial das ONGs em suprir algumas dessas demandas. **O Sr. Antonio Stroski informou que há um Fórum de Secretários de Meio Ambiente da Amazônia e se dispôs a colocar em discussão a questão orçamentária e de recursos humanos para as UCs e reportar o posicionamento para a UCP.**

9. Após a pausa para *Coffee break* o Sr. José Pedro passou a presidência da reunião para o Diretor de Áreas Protegidas Warwick Manfrinato.

#### **Resumo das recomendações e temas tratados na reunião do CFT.**

10. O Sr. Thiago Barros convidou o Sr. Paulo Sodré, presidente do Comitê do Fundo de Transição (CFT), a fazer um rápido resumo acerca da 8ª reunião extraordinária do CFT ocorrida no dia anterior na cidade do Rio de Janeiro. O Sr. Paulo Sodré agradeceu a palavra e informou que a reunião transcorreu muito bem, tendo os membros do CFT animados com a disposição e boa visão da nova equipe do MMA. Comentou que o CFT está atento a complexa questão de uso de cheques e de pagamentos pelos gestores. Que há um esforço dos doadores em analisar a questão da conservação juntamente com a execução. Comentou também sobre as negociações com o BNDES para captação de recursos oriundos do Governo da Noruega.

**Desafios para a gestão do Programa.**

11. O Sr. Thiago Barros apresentou o desafio de manter o desempenho do Programa, mesmo quando da troca de gestão e sobre a necessidade de aumentar as equipes da UCP e dos Órgãos Gestores. Foi apresentado a necessidade de registrar outras atividades desenvolvidas pelas UCs com a finalidade de identificar oportunidades para o Programa. Foi comentado a necessidade de minimizar o impacto da crise fiscal e da PEC 55 sobre o compromisso de aumento real orçamentário, assumido pelo Governo Federal. A Sra. Marina Campos expôs que o ARPA é um programa muito grande e complexo e que, atualmente, há apenas 2 analistas na UCP cuidando de todas as rotinas e responsabilidades. No passado, já chegaram a ser 8 analistas na UCP. Falando em nome dos doadores, comentou ser muito preocupante esta situação e a necessidade da UCP de ter mais analistas dedicados. O Sr. Warwick Manfrinato agradeceu a colocação e afirmou que este tema já foi elencado em reuniões internas do Ministério e que deve ser encontrada uma alternativa. Disse que se as soluções fáceis não existem que serão buscadas as soluções difíceis ou mais complexas.

**Conta Vinculada: operação, riscos e alternativas.**

12. O Sr. Thiago Barros apresentou os principais conceitos da Conta Vinculada, operação e riscos associados. O Sr. Eliomar Rios falou sobre o cartão corporativo, modelo atualmente usado no governo federal. Sendo o modelo de cheque abolido em 2008, o uso do cartão corporativo teria trazido maior transparência e agilidade para os gastos públicos, além da redução dos riscos associados ao uso inerente de cheques. O Sr. Thiago Barros comentou que já houve um estudo para que o ARPA passasse para o modelo de cartão de débito, porém os Pontos Focais do Órgãos Gestores foram resistentes à época devido da dificuldade de conexão de rede de dados e pouco uso de máquina de cartões por parte do comércio local. O Sr. Bruno Souza, falando em nome da Comissão de Gestores do ARPA, falou da impressão dos gestores quanto a migração das contas vinculadas para agência do Rio de Janeiro. Disse que há uma preocupação geral quanto a migração devido ao fato de que, com a conta local já há uma dificuldade de uso dos cheques, pois estes são assinados por duas pessoas, fato muito incomum na região, além deste ser um instrumento em desuso. O Sr. Bruno afirma que os gestores tem medo de que ao apresentar um cheque de “outra praça”, os problemas sejam agravados, tornando mais difícil ainda dos cheques serem aceitos. Citou também que, motivados pelos atuais problemas de aceitação do cheque, alguns gestores trabalham como “buffer financeiro” do ARPA, usando recursos próprios para pagamento das despesas na perspectiva para posteriormente sacar um cheque no valor total utilizado para reembolso. O Sr. Bruno Souza leu, então, uma carta manifesto feita de forma cooperativa pelos gestores. Afirmou que há uma forte motivação internos dos gestores

inconformados para, caso seja dada continuidade ao processo de migração das contas para o Rio de Janeiro, paralisar todas as atividades relativas ao ARPA a partir do dia 1 de janeiro de 2017. O Sr. Pablo Saldo complementou dizendo que, quando da apresentação do modelo de uso de cartão de débito na reunião do Fórum Técnico, o FUNBIO informou que os gestores teriam que escolher entre cheque e cartão, não sendo possível utilizar ambos os modelos. O Sr. Manoel Serrão informou que atualmente o Programa tem mais de 100 contas vinculadas e que o gerenciamento dessas contas de forma espalhada pela Amazônia é um trabalho monstruoso. Comentou que o número de cheques “sem fundo” tem crescido e que basta apenas 1 cheque “sem fundo” ser apresentado 2 vezes para que o CNPJ do FUNBIO, na qualidade de titular da conta, seja inscrito no SERASA. Afirmou que tal infortúnio acarreta o bloqueio de todas as contas e processos de compra do FUNBIO, não limitados as atividades relacionadas ao ARPA, mas estendido a todos os projetos em execução pelo FUNBIO. Intervindo na questão, o Sr. José Pedro reconheceu a importância e fundamentação de ambas as partes da discussão. Entretanto, na impossibilidade de esgotar o assunto sem comprometer os outros pontos de pauta agendados, propôs uma **reunião entre a Comissão de Gestores do ARPA e o FUNBIO, com a intermediação da UCP, para que fosse encontrada uma solução em comum e posterior apresentação desta ao CP. Esta sugestão foi aceita pelas partes e pelos membros do Comitê.**

### **Criação de novas UCs: análise dos resultados atingidos e perspectivas futuras.**

13. O Sr. Thiago Barros falou sobre o componente de criação de novas UCs do ARPA, chamando a atenção para dificuldade de atingir a meta. Informou que foram criados, com apoio da Fase II, 4,2 milhões de hectares, dos quais 2,8 milhões de hectares em categoria elegível pelo Programa, e outros 10 Processos (2,5 milhões de hectares) recebem apoio. Acrescentou que em junho de 2016 foi realizado levantamento junto aos órgãos gestores estaduais acerca de novas oportunidades de criação, resultando em 12 novos processos (2,3 milhões de hectares), apresentou ainda os pareceres do membros do PCA. O Sr. Marco Lentini destacou a necessidade de desvincular o apoio do ARPA a processos de criação de novas áreas dos processos de adesão de UCs para consolidação. Recomendou que, no caso das UCs que serão apoiadas para consolidação, deve haver uma reflexão sobre quais áreas aderir ao ARPA, já que a meta de 60 milhões está bem próxima de ser atingida. O Sr. Marcelo Ferronato comentou que, segundo o relatório enviados aos membros do CP, há uma demora no andamento dos processos já autorizados e apoiados pelo ARPA e questionou sobre os motivos de tal fato. O Sr. Paulo Carneiro comentou que, no caso das áreas federais, há muitas áreas com estudos avançados. O Sr. José Pedro pediu ao Sr. Paulo Carneiro que selecionasse as 10 propostas com maior viabilidade e que estas fossem apresentadas numa próxima reunião ou até mesmo antes para a UCP

tomar as devidas providências. O Sr. Paulo Carneiro indicou que todos os processos marcados como “cancelados” pertenciam ao ICMBio e indicou que o órgão apresentará os motivos que levaram à interrupção. O Sr. Paulo Sodré perguntou quais foram as mudanças a partir de 2008 que tornaram necessário as diversas etapas para poder aprovar a criação de uma UC. O Sr. José Pedro respondeu que foram propostas algumas normas bastante razoáveis, porém estas não estariam sendo cumpridas com a agilidade que se precisa. Comentou também que, para a criação de uma UC federal, hoje tem se pedido anuência dos estados e municípios, além de todos os ministérios que tenham qualquer questão a respeito, o que estaria atrapalhando a agilidade do processo. O Sr. José Pedro pediu licença para se ausentar da reunião devido a um chamado do ministro, passando então a presidência da reunião para o Sr. Warwick Manfrinato, Diretor de Áreas Protegidas do MMA. O Sr. Thiago Barros solicitou uma manifestação formal do CP acerca de prosseguir ou não com o apoio dos processos de criação apresentados. O Sr. Paulo (ICMBio) comentou que há várias áreas do estado de Roraima que já possuem alguns estudos realizados pelo ICMBio e que seria interessante, caso possível, o aproveitamento desses estudos para as áreas propostas. Após breve discussão, ficou deliberado por unanimidade que **as 12 áreas seriam apoiadas pelo Programa, com a recomendação de que os processos apresentados pelo estado de Roraima considerem os estudos realizados anteriormente, inclusive pelo ICMBio.**

#### **Definição de prazos para o fluxo de aquisição/contratação do Programa.**

14. O Sr. Thiago Barros comentou que o tema havia sido desenvolvido no dia anterior em reunião do CFT, onde o FUNBio apresentou um estudo que foi desenvolvido internamente acerca da relação hora/homem necessária para cada categoria de aquisição ou de contratação. O Sr. Thiago Barros explicou que a consulta era relativa ao interesse dos membros de que a discussão do dia anterior fosse apresentada ou se seria definido um grupo de trabalho e posterior apresentação da proposta melhor acertada entre as partes. O Sr. Manoel Serrão comentou que a questão seria muito operacional, sendo mais importante apresentar ao CP que o FUNBIO está trabalhando nessa questão, preparando uma proposta a ser apresentada numa futura reunião. **Os membros deliberam que a pauta deve ser retomada, então, na próxima reunião do CP, com a apresentação de proposta de prazos pelo FUNBIO.**

#### **Estratégia para alcance da meta de 60 milhões de ha.**

15. O Sr. Thiago Barros comentou que adiantaria este ponto de pauta para aproveitar a discussão iniciada pelo Sr. Marco Lentini. Informou que a ideia é convidar diretamente determinadas UCs para

participar do Programa ao invés de realizar um edital sem direcionamento. Essas UCs seriam escolhidas baseadas na relevância e complementariedade ao Programa, inclusive com consulta prévia ao PCA para melhor embasamento. Após o esclarecimento de algumas dúvidas, **ficou deliberado pela aprovação da estratégia de convocação de UCs a participar do Programa, levando em conta a relevância e complementariedade ao Programa.**

#### **Monitoramento dos indicadores de gestão de UCs.**

16. Ao início da pauta, o Sr. Warwick Manfrinato pediu licença para ser ausentar da reunião pois havia sido chamado pelo secretário, passando assim a presidência da reunião ao Sr. Thiago Barros. Este, dando prosseguimento a pauta, apresentou os indicadores de gestão das UCs apoiadas no plano de consolidação do Programa. Os dados apresentados são referentes ao Relatório A e ao Relatório Técnico-Financeiro 2014-2016. Também foi apresentado o processo de implementação do Protocolo de Monitoramento da Biodiversidade, coordenado pelo ICMBio e apoiado pelo ARPA. A Sra. Marina Campos perguntou sobre os gargalos encontrados nessa nova atividade e quais providências estariam sido tomadas. O Sr. Thiago Barros exemplificou algumas ações tomadas pela UCP. Ao ser questionado pela Sra. Marina Campos sobre o método de seleção das UCs que iniciariam a implementação do protocolo, o Sr. Thiago Barros respondeu que houve um planejamento onde foi considerado a carga de atividades executadas pela UC, logo, foram priorizadas as UCs que não estivesse executando atividades de alta carga de trabalho, tais como elaboração de plano de manejo. Ao ser questionado acerca do custo de implementação e monitoramento do protocolo, o Sr. Thiago Barros respondeu que o protocolo foi criado com “pé no chão” no sentido logístico e de custos. Comentou que os valores variam em função da categoria, tipo e logística de acesso da UC, mas que os custos são em torno de 120 mil reais para implementação e 40 mil reais para manutenção em campo. O Sr. Manoel Serrão elogiou a construção do protocolo por parte do ICMBio e comentou que o FUNBIO já está prevendo a adoção de um sistema a parte da CV, dando uma certa autonomia e celeridade ao componente sem prejudicar a execução da CV do Plano Operativo de consolidação das UCs.

#### **Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia: estágio atual e instâncias de governança.**

17. O Sr. Thiago Barros apresentou o escopo do programa que se encontra em desenvolvimento e deve ser apresentado ao Banco Mundial no início de 2017, com assinatura do acordo prevista para julho de 2017. Comentou do interesse de países vizinhos no funcionamento e experiência adquirida com o ARPA e o interesse de aderir ao Paisagens. O Sr. Thiago propôs que o Serviço Florestal



Brasileiro fosse convidado a compor o CP, já que o Paisagens seria parte e, ao mesmo tempo, incorporaria o ARPA. O Sr. Marco Lenini comentou ser muito favorável a sugestão e sugeriu também que o ARPA incorpore outras entidades com visão diferente em relação ao uso do território, de forma a enriquecer a discussão, principalmente no Programa Paisagens. O Sr. Thiago Barros concordou com a sugestão. O Sr. Fabiano Silva demonstrou sua preocupação com as reuniões do ARPA, especialmente a do CP, de terem uma agenda muito extensa e que a adição de mais um bloco de discussões pode reduzir a efetividade das reuniões, fazendo com que assuntos importantes não sejam devidamente tratados. O Sr. Thiago Barros pediu desculpas pela extensa pauta da reunião causada por esta ser a primeira reunião do CP do ano e pontuou que a previsão de calendário para o próximo ano propunha a realização de 4 reuniões. O Sr. Fabiano Silva comentou que as pautas sempre foram extensas, mesmo em outros anos, sacrificando alguns assuntos que deveriam ser discutidos com um pouco mais de calma. O Sr. Thiago Barros explicou que a integração do Serviço Florestal Brasileiro a CP seria num momento futuro e que a deliberação de hoje do CP seria uma sinalização positiva a essa integração. **Os membros do CP aprovaram a proposição de arranjo de governança integrado do Programa Paisagens Sustentáveis ao Programa ARPA mediante entrada de representações do Serviço Florestal Brasileiro no Comitê do Programa.**

#### **Revisão de indicadores de gestão do Programa: MR Gestão Participativa e MR Demarcação.**

18. O Sr. Thiago apresentou a demanda de alteração do MR Gestão participativa, onde é solicitado a inclusão das atividades de capacitação de membros dos conselhos gestores e deliberativos das UCs neste MR. O Sr. Thiago Barros explicou que o Manual Operativo do Programa (MOP) para a fase III, limita as atividades a logística e organização de reuniões. O Sr. Eliomar Rios questionou se esta atividade demandaria aporte adicional de recursos. O Sr. Thiago Barros explicou que, caso aprovada a demanda, não haveria impactos financeiros ao Programa, apenas os recursos já disponíveis para este MR passariam a poder serem utilizados para atividades de capacitação. O Sr. Thiago apresentou ainda outra proposição feita relacionada ao subprojeto de Integração Comunitária, que apoia Planos de Ação Sustentável e de Povos Indígenas, que é um subcomponente apenas da fase II. Apresentando brevemente o subcomponente 2.3, explicou que a demanda vem de grande parte dos gestores que observaram a experiência exitosa do subcomponente. O Sr. Thiago Barros explicou que essa proposição teria um impacto financeiro no Programa e que não há uma modelagem desse impacto ainda. Após ampla discussão acerca do assunto, foi **deliberado que a UCP apresentaria proposta de alteração ao MOP fase III para incluir capacitação de membros de conselhos gestores como atividade elegível do MR Gestão Participativa. Também foi decidido que a UCP realizará estudo**

**compreensivo (impactos financeiros e outros) de internalizar o subcomponente 2.3 na fase III.**

Para o MR Demarcação, o Sr. Thiago apresentou as dificuldades encontradas pelo ICMBio para consolidação do MR. Comentou que é seguido uma normativa do INCRA, onde a demarcação tem que ser feita seguindo uma metodologia com equipe específica, a mesma pessoa que começa termina, equipamento de precisão, GPS geodésico, entre outras informações. Essa metodologia eleva de forma extraordinária os custos para execução dessa atividade e tal fato não é considerando no modelo de custos do MR, levando a suborçamentação dos valores necessários. O Sr. Thiago comentou que, em função disso, em muitos casos, são solicitados remanejamentos e realocação dos recursos inicialmente alocados nesse insumo. Nesse sentido, a Sra. Silvana Canuto sugeriu a articulação interministerial para trazer luz a questão da demarcação, aproveitando o momento institucional. Após ampla discussão do tema, ficou deliberado pelos membros do CP que a **UCP e o ICMBio irão subsidiar o Secretário Executivo do MMA para discutir o processo de demarcação das UCs junto ao INCRA, visando identificar procedimentos alternativos de demarcação.** Também ficou decidido que a **UCP enviará à SPU/MP a lista de UCs pendentes no MR Demarcação para que o órgão avalie a possibilidade de priorizar a demarcação das mesmas, seguindo metodologia simplificada da SPU.**

**Monitoramento da execução financeira do Programa.**

19. A Sra. Ilana Nina apresentou o monitoramento financeiro do Programa e comentou sobre o grande desafio de finalizar a execução dos recursos da fase II até o final de 2017. Também demonstrou que a taxa de execução do Programa vem crescendo significativamente, mesmo com os problemas operacionais enfrentados. Informou que este crescimento se deve ao esforço empregado em 2015 com a realização de reuniões, oficinas de aceleração, novos acordos e novos procedimentos. O Sr. Manoel Serrão informou que houve um crescimento de 40% por dois anos consecutivos (2015 e 2016) e que se o FUNBIO conseguir otimizar o processamento de solicitações do ARPA, em 2017 poderá ser observado novo salto no crescimento de execução do Programa. O Sr. Eliomar Rios comentou sobre o impacto que o eSocial terá na execução, já que parte dos prestadores de serviços não são regularizados junto a previdência. O Sr. Thiago Barros comentou que este é um tema que já foi debatido várias vezes no CP e que a UCP está atenta e em articulação com o FUNBIO e os gestores para encontrar alternativas. A Sra. Ilana Nina completou a apresentação sobre a execução financeira do Programa. Eventuais dúvidas e questionamentos foram sanadas pela Sra. Ilana Nina e pelo Sr. Manoel Serrão. A Sra. Silvana Canuto comentou sobre a experiência do ICMBio, quando da criação do órgão, de planejamento de atividades. O Sr. Thiago Barros sugeriu que fosse realizado uma

**reunião técnica envolvendo os Órgãos Gestores, Comissão de Gestores e FUNBIO para troca de experiências para o planejamento e a gestão financeira dos recursos do Programa, considerando disponibilidade de recursos de outras fontes, bem como ferramentas e alternativas adotadas pelos órgãos gestores, a qual foi aceita pelos membros do CP.**

#### **Revisão de Planos Operativos para arranjos de gestão integrada de UCs.**

20. O Sr. Thiago comentou sobre um fato recorrente em que diversas UCs tem executado 100% dos recursos das atividades de proteção e fiscalização com insumos de passagens, diárias e custeio em 6 ou 7 meses. Considerando que o PO é bianual, há um risco para a continuidade de tais atividades. Explicou que especificamente o ICMBio apresentou 4 casos à UCP em que é solicitado recursos adicionais para essas atividades. O Sr. Thiago Barros considera que tal decisão está acima das atividades da UCP, dessa forma convidando o Sr. Paulo Carneiro para expor ao CP a situação. O Sr Paulo Carneiro explicou que algumas UCs federais tem sofrido grande aumento na pressão de desmatamento e incêndios, e que as condições climáticas contribuíram para o aumento dos incêndios. Destacou que o assunto foi debatido no CFT e que o motivo de elencar novamente o tema nesta reunião do CP é a necessidade de flexibilizar ações emergenciais e criar um fundo de emergência para essas situações. O Sr. Fabiano Silva comentou a importância de investimento nas áreas e comunidades de entorno das UCs, o que reduziria parte da pressão por desmatamento e queimadas. Por fim, o Sr. Paulo Carneiro esclareceu que ficou encaminhado no CFT que o ICMBio apresentará, por escrito, demanda para aporte adicional de recursos para 4 UCs, com as devidas justificativas.

#### **Atualização das regras para o cálculo de diárias.**

21. O Sr. Thiago Barros apresentou a pauta e informou que atualmente existe uma pequena diferença entre a forma de cálculo do número de diárias que um colaborador viajando pelo Programa faz jus quando comparada a forma de cálculo do governo federal. Tal diferença faz com que o Programa pague meia diária a menos. Questionado pelos membros, o Sr. Thiago Barros exemplificou o fato e informou que a proposta consiste em atualizar a forma de cálculo para equiparar o valor com o governo federal, ou seja, adicionar meia diária por viagem (ida e volta) como forma de custeio da alimentação do colaborador no dia de retorno. Também comentou que a proposta não altera o valor da diária. Após breve discussão sobre o tema e devidos esclarecimentos, **foi deliberado pela atualização da regra para o cálculo de concessão de diárias, em convergência às regras da administração pública federal.**

**Proposta de calendário de reuniões para 2017.**

22. O Sr. Thiago Barros apresentou o calendário proposto das reuniões do CP e do CFT. Comentou que o CFT solicitou que, pelo menos em dois momentos, as reuniões do CFT fossem na sequência da reunião do CP, ou vice-versa, preferencialmente em Brasília, para que a reunião do CFT possa contar com o corpo de dirigentes das instituições participantes do CP. O Sr. Thiago Barros comentou que as datas serão reapresentadas na primeira reunião de 2017, possibilitando eventuais alterações. Não havendo objeções, **o calendário apresentado foi aprovado conforme Anexo 2.**

**Revisão dos Encaminhamentos.**

23. O Sr. Thiago Barros apresentou a lista de deliberações e encaminhamentos que haviam sido tomados durante a reunião para possíveis revisões e aprovação pelos membros. **A lista final de encaminhamentos e deliberações foi aprovada conforme Anexo 3.**

**Encerramento.**

24. O Sr. Thiago Barros declarou que as pautas da reunião haviam sido finalizadas e agradeceu a presença de todos. O Sr. Eliomar Rios, em nome do Secretário Executivo, agradeceu a presença de todos e informou que a o Ministério está atento ao processo de agregar para contribuir em todos os projetos tocados pelo Ministério. Elogiou o Programa ARPA e o esforço de toda a equipe. A Sra. Marina Campos, em nome dos doadores, agradeceu o convite para a reunião, indicando que a mesma fora superprodutiva. A Sra. Silvana Canuto, em nome do ICMBio, agradeceu o convite para a reunião. Não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Thiago Barros agradeceu a presença e o esforço de todos e declarou, às 18:05h, encerrada a 1ª Reunião Ordinário do Comitê do Programa de 2016.

Brasília, 18 de novembro de 2016.

Membros do Comitê do Programa:

---

Marcelo Cruz  
SECEX/MMA

---

José Pedro de Oliveira Costa  
SBF/MMA

---

Silvana Canuto Medeiros  
ICMBio

---

Lúcio Melchades da Mana Torres Gomes  
SPU/MPOG

---

Ana Luiza Oliveira Champloni  
SPE/MF

---

Antonio Stroski  
ABEMA

---

Marcelo Lucian Ferronato  
Ecoporé

---

Fabiano Lopez da Silva  
FVA

---

Marco Lentini  
WWF/Brasil

---

Marina Campos  
Fundação Moore

---

Arthur Liacre  
Anglo American

## Anexo 1 – Lista de presença.

## REUNIÃO DO COMITÊ DO PROGRAMA ARPA (MANHÃ)



DIA: 18 de novembro de 2016

LOCAL: Sala Multimídia, Gabinete do Ministro - Esplanada dos Ministérios, BRASÍLIA(DF)

	NOME	ÓRGÃO /Unidade	E-MAIL	TELEFONE
01	THIAGO GIL B. BARROS	DAP/SBF/MMA	thiago.barros@mma.gov.br	(61) 2028-2058
02	ZE PEDRO COSTA	SBF / MMA	ze.pedro@mma.gov.br	(61) 2028 2058
03	Chiomar Wesley Rios	SECEX/MMA	chiomar.rios@mma.gov.br	(61) 2028 4848
04	BRUNO DE CAMPOS SOUZA	ICMBIO/ESEC MARACÁ-RE	BRUNO-CAMPOS.SOUZA@ICMBIO.GOV.BR	(45) 981142500/36233250
05	PABLO DE AVILA SALDO	ICMBIO/RESEX LIBerdade	PABLO.SALDO@ICMBIO.GOV.BR	68 999053774
06	ANGLO AMERICANO / ARTHUR	LIACE	ARTHUR.LIACE@ANGLO.AMERICANO.COM	(31) 98202-9252
07	RENATA CAROLINA GATTI	MMA/SBF/DAP	renata.gatti@mma.gov.br	61 2028 2136
08	ANA LUIZA O. CHAMPLONI	SPE/MF	ana.champloni@fazenda.gov.br	(61) 3412-2335
09	MARINA CAMPOS	FUNDAÇÃO MOORE	marina.campos@moore.org	(+1) 650 518 9083
10	MARCO LENTINI	WWF-Br.	MARCOLENTINI@WWF.ORG.BR	61 8289 1133
11	WELLES MATOS DE ARAUJO	SECEX/MMA	Welles.araujo@mma.gov.br	61 2028 1621
12	JOSE ARI BOACERDA BRAGA	SECEX/MMA	jose.braga@mma.gov.br	61 2028-1303
13	MANOEL SERRÃO	FUNBIO	MANOEL.SERRAO@FUNBIO.ORG.BR	(21) 2123 5800
14	Ilana Oliveira	Funbio	ilana.oliveira@funbio.org.br	21 2123 5215
15	FABIANO LOPES DA SILVA	FUA	fabiano@fua.org.br	(52) 9816 41767
16	Outono Starosta	IBAMA	starosta.outono@gmail.com	(92) 98842.2185

REUNIÃO DO COMITÊ DO PROGRAMA ARPA (MANHÃ)

17	MARCELO LUCIAN FERROVATO	ECOPOLE	marcelo@ecopole.org.br	(69) 99209 0258
18	Silvius Comato	ICMBio	Silvius.comato@xubo.gov.br	(61) 2028 9021
19	Paulo Corrêas	ICMBio	Paulo.Corrêas@icmbio.gov.br	(61) 20289078
20	WALTER MANFIMATO	SBF/DAP	walter.manfimat@mma.gov.br	61 99172 4218
21	LUCIO MELCHIADES M.T. GOMES	SPU/MP	LUCIO.GOMES@PLANEJAMENTO.GOV.BR	61 2020 - 1909
22	Antonio Nuno Lourenço Jr	SPU/MP	ANTONIO.CORREIRO@PLANEJAMENTO.GOV.BR	61 2020 1808
23	Flávio Henrique Corrêa Brandão	consulta	flaviohbrandao@gmail.com	61 98156 4194
24	Antonio Paulo de A. SODRÉ	WWF - CPT	apasadre@gmail.com	21- <del>9922</del> 55555217
25	SE-505/P/12			

**Anexo 2** – Calendário aprovado de reuniões do ARPA para 2017.

<b>Comitê do Fundo de Transição</b>	<b>Comitê do Programa ARPA</b>
21 de fevereiro	22 de fevereiro
01 de junho	08 de junho
20 de setembro	21 de setembro
13 de novembro	20 de novembro

**Anexo 3** – Lista de deliberações e encaminhamentos.

<b>Deliberações</b>
O CP aprovou o apoio do ARPA às 12 propostas de criação de UCs apresentadas, com recomendação de que os processos apresentados pelo estado de Roraima considerem os estudos realizados anteriormente, inclusive pelo ICMBio;
O CP aprovou a proposição de arranjo de governança integrado do Programa Paisagens Sustentáveis ao Programa ARPA mediante entrada de representações do Serviço Florestal Brasileiro no Comitê do Programa;
O CP aprovou a atualização das regras para o cálculo de concessão de diárias, em convergência às regras da administração pública federal.
O CP aprovou a capacitação de membros de conselhos gestores como atividade elegível do MR Gestão Participativa para ambos os graus I e II.

<b>Encaminhamento</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo</b>
Convidar a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento para compor o Comitê do Programa;	Secretário Executivo	
Solicitar a inclusão na pauta do Próximo encontro do Fórum dos Secretários de Estados da Amazônia Legal a discussão sobre a questão orçamentária e de recursos humanos para as UCs;	Secretário Antonio Stroski da ABEMA	
Articular a retomada das discussões do Grupo de Trabalho sobre a criação de Unidades de Conservação no Estado de Roraima	MMA	
Agendar reunião entre Comissão de Gestores, Funbio, UCP/MMA, SECEX, ICMBio para levantamento de alternativas para Conta Vinculada, posteriormente apresentará os encaminhamentos ao Comitê do Programa;	UCP	Novembro de 2016 sugestão para o dia 25/11 (sequência da reunião do Comitê Deliberativo do FUNBIO)



Enviar ao Comitê do Programa lista de Processos de Criação de UCs federais, na Amazônia, que possuem viabilidade de criação, bem como enviar os motivos que levaram a suspensão da execução daqueles que receberam recursos da fase II;	ICMBio	
Elaborar estudo para identificar áreas de relevância ecológica, a partir de critérios de representatividade, de modo a subsidiar o Comitê do Programa no convite de UCs prioritárias para adoção pelo Programa ARPA, visando alcançar a meta de área do Programa de 60 milhões de hectares; Considerar em especial a existência de sobreposição com Terras Indígenas.	UCP e PCA	
Apresentar proposta de alteração ao MOP fase III para incluir a capacitação de membros de conselhos gestores como atividade elegível do MR Gestão Participativa para ambos os graus I e II.	UCP	
Levantar o impacto da ampliação do escopo do MR de gestão participativa, de modo a contemplar as atividades desenvolvidas no âmbito de PAS e PPI, aos custos de longo prazo do Programa e apresentar ao Comitê do Programa;	UCP	
Subsidiar o Secretário Executivo do MMA para discutir o processo de demarcação das UCs junto ao INCRA, visando identificar procedimentos alternativos de demarcação;	UCP e ICMBio (Silvana Canuto)	
Enviar à SPU/MP lista de UCs pendentes no Marco Referencial de demarcação para que o órgão avalie a possibilidade de priorizar a demarcação das mesmas, seguindo metodologia simplificada da SPU;	UCP e SPU/MP	
Convidar a CGTER/ICMBio a apresentar ao Comitê do Programa um relato das principais dificuldades e alternativas adotadas na demarcação das UCs;	UCP e ICMBio	
Incluir no ato de designação dos Membros do Comitê do Programa a representação da Comissão de Gestores	UCP e SECEX	
Realizar reunião técnica envolvendo os órgãos gestores, Comissão de Gestores e Funbio para troca de experiências para o planejamento e a gestão financeira dos recursos do Programa, considerando disponibilidade de recursos de outras fontes, bem como ferramentas e alternativas adotadas pelos órgãos gestores.	UCP e SECEX	